

PEDRO FERNANDO DA SILVA
CRISTIANE SOUZA BORZUK
GIL GONÇALVES JUNIOR
(organizadores)

TEORIA CRÍTICA, VIOLENCIA E RESISTÊNCIA

2021

Teoria crítica, violência e resistência

© 2021 Pedro Fernando da Silva, Cristiane Souza Borzuk, Gil Gonçalves Junior
Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonatas Eliakim

Produção editorial Kedma Marques

Diagramação Taís do Lago

Revisão de texto Samira Panini

Capa Laércio Flenic

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
[contato@blucher.com.br](mailto: contato@blucher.com.br)
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Teoria crítica, violência e resistência / organizado
por Pedro Fernando da Silva, Cristiane Souza Borzuk, Gil
Gonçalves Junior. -- São Paulo : Blucher, 2021.
206 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-078-3 (impresso)
ISBN 978-65-5550-079-0 (eletrônico)

1. Psicologia social 2. Sociologia 3. Política e
governo 4. Fascismo I. Silva, Pedro Fernando da II.
Borzuk, Cristiane Souza III. Gonçalves Junior, Gil

21-1116

CDD 301.15

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social

REFLEXÕES SOBRE O POTENCIAL DE RESISTÊNCIA DO PENSAMENTO CRÍTICO DIANTE DO RECRUDESCIMENTO DA MENTALIDADE FASCISTA NO MUNDO ADMINISTRADO

Pedro Fernando da Silva

O problema que este ensaio delimita como objeto de análise é o potencial de resistência do pensamento diante do recrudescimento da mentalidade fascista atualmente em voga no mundo administrado. Ao ressaltar a sua qualidade crítica, comumente substituída por simulacros que neutralizam seu poder de negação, opõe-se à perspectiva positivista, que o subordina à mera constatação dos fatos estabelecidos, e reconhece-o como práxis, lançando-se a refletir sobre sua intervenção na realidade social progressivamente regressiva. Em suma, o objeto deste ensaio é a pergunta sobre a resistência possível por meio do pensamento não resignado diante da realidade que o nega e sobre o alcance de sua contribuição para transformá-la, ainda que, em si mesmo, não seja suficiente para isso.

Em consonância com a perspectiva de Adorno (1969/2009) a respeito da importância da crítica, reconhece-se que ela mantém relação intrínseca com a política e que, como a política não existe senão por meio do jogo de forças da sociedade que influi sobre sua própria substância, a crítica pode contribuir de modo decisivo para a realização da democracia, que não apenas a tem como

base de sustentação para a divisão entre os poderes, mas requer a autonomia dos indivíduos para sua real efetivação:

La crítica es esencial para la democracia. Ésta no sólo exige libertad para la crítica y necesita impulsos críticos, sino que se define por la crítica. Podemos confirmar esto históricamente en el hecho de que la concepción de la división de los poderes (en la que la democracia se basa desde Locke, pasando por Montesquieu y la constitución americana, hasta el día de hoy) tiene en la crítica su nervio vital. El *system of checks and balances*, el control recíproco de los poderes ejecutivo, legislativo y judicial, significa que cada uno de estos poderes crítica a los otros y limita así la arbitrariedad a la que cada poder tendería sin ese elemento crítico. La crítica está unida al presupuesto de la democracia: la mayoría de edad (ADORNO, 1969/2009, p. 699).

Tendo em vista a premente necessidade de opor resistência às crescentes manifestações do fascismo no Brasil e no mundo, refletir sobre o modo como o pensamento crítico pode contribuir para a defesa da democracia tornou-se uma questão urgente. Se a negação da crítica fortalece o caráter totalitário da sociedade e contamina o debate político, recobrar a sua extensão para além da esfera imediatamente política pode revelar a força do pensamento diante da realidade opressiva.

Nas seções seguintes serão analisados alguns aspectos do recrudescimento da mentalidade fascista no Brasil e destacada a importância do pensamento crítico para seu devido enfrentamento.

A HERANÇA NAZIFASCISTA: ELEMENTOS TOTALITÁRIOS INERENTES À DEMOCRACIA FORMAL

A situação política vigente no Brasil, neste final da segunda década do século XXI, denota o evidente fortalecimento das tendências conservadora, autoritária e fascista, que sob a aparência democrática há muito se desenvolvem na sociedade brasileira. Essa invisibilização, que também foi precondição para o seu desenvolvimento subterrâneo, foi assegurada pelo verniz civilizatório que há muito dissimula a imagem do brasileiro como a de um povo naturalmente democrático e cordial. A propósito das eleições presidenciais de 2018, o capitão reformado do exército e Deputado Federal desde 1991, Jair Messias Bolsonaro, e os apoiadores de seu programa, conseguiram, por meio da agregação de diferentes forças políticas e culturais – em alguns casos, apenas superficialmente articuladas com a destrutividade sobejamente manifestada por grupos de apoiadores de

extrema direita, nitidamente identificados com o anseio totalitário por uma nova intervenção militar, embora não menos orientados pelo espírito regressivo – estabelecer-se no poder e aparelhar instituições do Estado de modo a enfraquecer os já frágeis dispositivos da democracia formal instalados no Brasil somente no período que sucedeu a ditadura militar que perdurou de 1964 a 1985.

Embora parte significativa dos apoiadores indiretos e dos colabores assíduos do bolsonarismo, como tem sido nomeada a principal tendência fascista brasileira, esteja revendo seu apoio e apresentando questionamentos a respeito do irracionalismo extremo do governo, sobretudo em relação a medidas de saúde pública e à sua política assistencial em tempos de pandemia mundial de COVID-19, não apenas setores muito bem organizados da indústria, do agronegócio e da classe política, mas também cerca de um terço da população brasileira, segundo recorrentes pesquisas de opinião pública, tem mantido seu apoio ao governo que, para alguns, é absolutamente insano e desprovido de racionalidade e, para outros, claramente imbuído de uma racionalidade perversa, afeita à manipulação planejada das emoções das massas que o apoiam e da repressão aos movimentos sociais que o rechaçam.

Embora seja notória a intenção totalitária do governo bolsonaro de aparelhar os poderes legislativo e judiciário, diretamente criticados por seus representantes e por seus fervorosos apoiadores, também há importante resistência desses poderes em prol da manutenção do processo e das instituições democráticas constitutivas do estado de direito. A continuidade do governo a despeito das constantes crises ocasionadas pelas declarações e ações mais contundentes do Presidente da República, Jair Bolsonaro, transcorre em clima de intensa instabilidade, no entanto, mantém-se em razão do apoio proveniente dos vários setores da vida social que se sentem representados por seu radicalismo. Ou seja, parte das pautas justapostas que compuseram seu impreciso plano de governo, caracterizado, sobretudo, pela negação ideológica de tudo que pôde comprimir sob a rubrica da esquerda, permanece sendo do interesse de parte do seu eleitorado, de empresários que buscam se beneficiar de sua política econômica e de setores culturais altamente conservadores, como é o caso de alguns grupos religiosos, sobretudo ligados a lideranças neopentecostais. A manutenção do governo parece espelhar o processo de sua ascensão: ele congrega forças políticas, econômicas e culturais preocupadas mais com seus interesses corporativistas do que com um projeto articulado de gestão social.

Para uma análise mais consistente do bolsonarismo, caberia retomar aspectos históricos e sociológicos do processo político brasileiro transcorrido nas úl-

timas décadas, desde as circunstâncias que propiciaram o golpe militar de 1964, sua conflituosa manutenção à custa da repressão política e gradual abertura na década de 1980 – cujo cume foi a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985 –, até a ascensão à presidência da república, por meio do voto direto nas eleições presidenciais de 2018, de um radical de extrema direita com longa e inexpressiva carreira legislativa; considerando ainda os quatro mandatos presidenciais de Lula e Dilma, afiliados ao Partido dos Trabalhadores e representantes de parte dos interesses da esquerda. Uma análise cuidadosa desses eventos certamente poderia nos ajudar a compreender o modo como as forças estruturais do capitalismo brasileiro se articularam de modo a produzir as condições para que o irracionalismo planejado de Bolsonaro se tornasse viável. No entanto, cabe ressaltar que, sem negligenciar o poder de determinação das relações sociais concretas, este ensaio não tem por objetivo desenvolver uma análise sociológica do processo político brasileiro, mas, sim, tomá-lo como referência para discutir algumas formas de expressão da mentalidade que parece conectar a história recente da política brasileira às experiências catastróficas produzidas pelo nazifascismo europeu da época da Segunda Guerra Mundial, bem como, discutir as possibilidades de resistir a elas por meio do pensamento crítico. Espera-se, por meio desta análise, desvelar o centro de força motriz do irracionalismo planejado que ora se afirma e potencializa a destrutividade presente nos vários componentes políticos e culturais que o viabilizam e impulsionam.

Em face da semelhança entre as estratégias atualmente praticadas pelo bolsonarismo e as que outrora foram desenvolvidas pelo nazifascismo europeu e pelo fascismo americano da primeira metade do século XX – poder-se-ia, ainda, indicar a semelhança com o radicalismo de extrema direita, observado por Adorno (1967/2019) na Alemanha pós-nazista, no final da década de 1960 –, destaca-se o tipo de ideologia produzida pelo bolsonarismo, seu poder de convencimento por meio do apelo às emoções e da exploração da ignorância de parte de seu público apoiador. Nota-se, inclusive, que o radicalismo da direita brasileira partilha com o novo radicalismo de direita alemão da década de 1960 a sobreposição da técnica propagandística ao empobrecido conteúdo por ela disseminado: “Quando os meios substituem cada vez mais os fins, podemos quase afirmar que, nestes movimentos de direita radical, a propaganda constitui a substância da política” (1967/2019, p. 24). Embora essa característica não seja exclusiva dessas repetições adaptadas do fascismo ao mundo administrado, favorece a reprodução de ideais totalitários no interior da democracia formal. Ambas as manifestações de fascismo, assim como do fascismo americano da década de 1930, amplamente analisado por Adorno (1943/2009), souberam muito bem como se valer do enco-

brimento democrático para, por meio da alusão à democracia, atacar os fundamentos da democracia.

Esta dimensão do problema configura um objeto de investigação bastante peculiar, pois se constitui por meio da agregação de elementos sociais e psicológicos que parecem contrariar o *status* atribuído à informação e à ciência na sociedade administrada, que permanece capitalista em seu modo de produção, é altamente industrializada e se caracteriza pelo alto desenvolvimento tecnológico (ADORNO, 1968/1986). De fato, trata-se apenas de um paradoxo, pois a técnica e a informação, tomadas como fins em si mesmas, são precisamente os meios para a produção do irracionalismo que caracteriza o conteúdo da ideologia fascista (HORKHEIMER; ADORNO, 1956/1978); o qual é cinicamente planejado e explorado por lideranças oportunistas. Esse tipo de ideologia tem profundas raízes na experiência do totalitarismo europeu que assombrou o mundo na primeira metade do século XX e é uma das expressões de sua continuidade no mundo contemporâneo¹, incluindo as sociedades formalmente democráticas, porém administradas conforme os ditames de uma racionalidade forjada de acordo com o interesse na dominação.

A continuidade do fascismo na democracia formal também foi preocupação dos autores de *The authoritarian personality* (ADORNO; FRENKEL-BRUNSWIK; LEVINSON; SANFORD, 1950/2019), que estudaram o fascismo em potencial na população americana do final da década de 1940; em um país que, à época, a despeito de sua política econômica, era considerado uma das mais consistentes expressões da democracia mundial: os Estados Unidos. Transcorridos mais de 70 anos da finalização daquela pesquisa, a preocupação com a continuidade do fascismo na democracia formal ainda permanece pertinente. A consolidação da democracia como forma predominante de governo em inúmeras nações que haviam experimentado regimes políticos autoritários compreendeu a racionalização de amplos setores da vida social e privada, incrementando o nível de planejamento e administração dessas esferas em grau sem precedente. No caso do Brasil atual, assim como no dos Estados Unidos do entre guerras e de hoje, bem como no da Alemanha posterior à derrota do nazismo, perdura uma potencialidade para o fascismo. Embora não estejamos diretamente sob um regime de governo francamente fascista, é possível considerar que há uma

¹ Adorno (1967/2019, p. 24) sublinhou que “os chamados líderes do nacional-socialismo alemão, Hitler e Goebbels, eram, antes de mais, propagandistas, cuja produtividade e fantasia foi absorvida pela propaganda”.

tendência social que impulsiona para ele, inclusive, por haver elementos típicos desse ideal totalitário incrustados no governo.

De modo invertido, os tempos atuais promovem uma percepção semelhante à de Kant (1784/2009) a respeito de sua época ser ou não esclarecida. Ele não hesitou em afirmar que não se tratava de uma época esclarecida, mas sim de uma época de esclarecimento. Mais de duzentos anos depois dessa constatação de que ainda caberia mais esforço cultural para que o esclarecimento realmente se concretizasse, a regressão cultural parece ter se imposto como nova realidade. O declínio da possibilidade de as pessoas agirem de acordo com o próprio entendimento, sem direção alheia, resulta na degradação da condição básica para que haja democracia: a existência de indivíduos esclarecidos, capazes de sair do estado de menoridade e agir de modo racional, conforme a equalização de seu próprio entendimento com a necessidade universal (KANT, 1784/2009). A falência da formação corresponde à da cultura. Todavia, apesar da escalada autoritária, no Brasil atual, não vivemos ainda sob o fascismo, mas em uma época na qual o fascismo segue à espreita.

Frente à complexidade da questão de sua continuidade na sociedade administrada, a qual se configura como um fenômeno de amplitude mundial, com variações que exigiriam estudos detidos, uma forma de aproximação ao problema é refletir sobre a existência e sobre o alcance das manifestações de ódio relacionadas às dimensões política e social no Brasil, sobretudo na última década, materializadas como rechaço, apoiado no nacionalismo subserviente ao imperialismo americano, a partidos políticos e a ideias associados à esquerda, ao Partido dos Trabalhadores – PT e a uma genérica e imprecisa noção de comunismo. Muito mais do que mero conservadorismo político, essas manifestações possuem nítido caráter autoritário, revelado principalmente na relação entre opinião pública e manipulação de massa; ou seja, no caráter heteronômico que hoje define a experiência política.

A análise elaborada por Adorno (1959/1986) a respeito do processo da pseudoformação permite compreender que a afiliação irrefletida a posições políticas francamente irracionais, substância da mera opinião e expressão da regressão intelectual, tem em sua base configurações psíquicas típicas do fascismo, como a debilidade do eu, de modo que sua superação dependeria de outro modelo de formação, que assegurasse a formação de indivíduos autônomos, com condições de se apropriar da cultura, de refletir sobre a alta carga de estímulos que lhes atinge cotidianamente com fins de manipulação, e de formar uma consciência crítica a respeito da realidade contraditória na qual estão inseridos e na qual ne-

cessitariam influir. Adorno (1959/1986, p. 195/196) observou que a incapacidade de conceituar e a falta de abertura para a experiência, disposições tolhidas pela pseudoformação, tornam as pessoas suscetíveis à adoção esquemática de modelos delirantes de compreensão da realidade providos pelos sistemas paranoicos:

[...] quien se pasa sin la continuidad del juicio y de la experiencia se ve provisto, por tales sistemas, de esquemas para subyugar la realidad, que ciertamente no alcanzan a ésta, pero que compensan el miedo ante lo incomprendido; y los consumidores de prefabricados psicóticos se sienten cubiertos así por todos los igualmente aislados, que, en su aislamiento bajo una alienación social radical, están vinculados por una insania común.

Essa suscetibilidade cumpre uma função social objetiva plenamente condizente com os sistemas delirantes produzidos e explorados intensamente pelas lideranças fascistas que sabem bem como manipular a fragilidade psíquica e cultural por meio de propagandas. A compensação propiciada pelos esquemas delirantes em relação às lacunas decorrentes da falência da capacidade de conceituar e de ter experiências atende perfeitamente à demanda fascista de recepção cega dos ideais insanos professados por movimentos que tem a propaganda como sua principal substância. A exacerbação do narcisismo cumpre uma dupla função: assegura a receptividade aos discursos incongruentes dos radicais de extrema direita e fortalece nos indivíduos regredidos o principal núcleo de contato com a irracionalidade que acionam: a opinião. É por meio da adoção de compreensões parciais, inconsistentes e irrefletidas, ou seja, de meras opiniões, que parte da população se vincula com a ideologia professada pela propaganda de orientação fascista.

Frente à primazia da opinião apoiada em processos psíquicos como o narcisismo – também cabe considerar a participação de outros componentes psíquicos como o sadomasoquismo, que tem participação significativa na sustentação da ideologia da racionalidade tecnológica (CROCHÍK; SILVA; LOURENÇO; FRELLE; FRANÇA, 2019) –, o empenho em recuperar a vontade de dialogar, dar primazia ao objeto, salvaguarda o direito à dúvida, o que pode ser uma forma de resistência à tendência fascista. Esse empenho, contudo, não pode ser exercido senão mediante uma base subjetiva suficientemente forte para que os sujeitos tenham condições de suportar o não saber e a diferença; o que implica em não precisar recair nas configurações psíquicas narcisista e sadomasoquista.

A VITÓRIA DA PROPAGANDA FASCISTA: O CONTROLE DA FORMA COMO MEIO DE MANIPULAÇÃO DE MASSA

Até mesmo acontecimentos sociais capazes de modificar radicalmente as condições de vida, dentre as quais as de autoconservação, têm sido comumente negligenciados por parte significativa da população aderida a perspectivas políticas regressivas ou alijada do processo político; esses eventos nem sempre são percebidos como fenômenos complexos que requerem análise cautelosa. Decisões políticas e econômicas essenciais para a definição das condições de sobrevivência de grande parcela da população, muitas vezes, aparecem à opinião pública como disposições inteiramente abstratas, independentes das disputas e interesses concretos conflitantes. Não se pode negligenciar a interconexão existente entre a alienação crescente, representada pela aceitação irrefletida da realidade cotidianamente experimentada, o conjunto de efeitos psíquicos decorrentes do modo de produção capitalista, centrado na valorização da mercadoria em detrimento de seus produtores, e uma nefasta organização dos aspectos supostamente representativos da realidade conforme a forma e a intenção ideológicas dos meios de comunicação de massa. A percepção de que vivemos em uma sociedade de massas não necessariamente é relacionada à compreensão de que essa condição implicaria no necessário reconhecimento de que a psicodinâmica predominante na relação entre as pessoas pouco favorece que se reconheçam como sujeitos do processo histórico. A consciência reificada somente percebe o mundo como mera repetição do que está previsto pelas categorias preestabelecidas pelo sistema que mais eficazmente medeia a relação com a realidade, a indústria cultural (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/2006).

Alienados em relação aos processos reais que determinam suas condições concretas de existência, as pessoas tendem a perceber a política como uma esfera incompreensível, reservada para iniciados. A respeito desse aspecto, Adorno (1949/2010, p. 540) observou que “Cuanto menos cree el pueblo en la integridad política, tanto más fácilmente puede ser engañado por políticos que despotrican contra la política”. A eficácia dos mecanismos de manipulação adotados em prol da manutenção do sistema de dominação vigente e dos interesses políticos e econômicos de grupos, empresas e indivíduos favorecidos pelas desigualdades sociais extremas apoia-se na suscetibilidade das massas a se deixarem governar por lideranças autoritárias e a colaborar com a gestão do sacrifício. Dentre esses mecanismos, destaca-se a perversão do sentido da política, que se expressa no processo descrito por Marx (1852/2011, p. 25): “Os homens fazem a sua própria

história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram". A produção alienada da história remete à participação cega das massas nos processos sociais que favorecem a manutenção das forças políticas conservadoras e autoritárias. Os complexos processos psicodinâmicos descobertos por Freud (1921/2008), por meio dos quais a racionalidade e o senso crítico individuais sucumbiram diante do poder hipnótico de líderes despotas, suportes e representantes de ideais coletivos introjetados por seus seguidores, parecem ter se intensificado na sociedade administrada. Esses processos psicossociais favorecem a manipulação das massas e sua mobilização em favor de propósitos contrários à autoconservação dos indivíduos que nelas subsistem (ADORNO, 1955/2015). Com a diluição da individualidade e a subsequente perda do senso crítico, a consciência crítica fica impedida de se formar, de modo que a compreensão do mundo passa a equivaler à opinião pública socialmente determinada, expressão reificada do sacrifício da consciência.

Um importante fenômeno que pode ser observado no processo de recrudescimento de tendências autoritárias em regimes formalmente democráticos é a manipulação da opinião pública por meio de propaganda política; a qual amplifica ao extremo a perniciosa vocação manipulativa da propaganda em geral. Como, no âmbito do senso comum, a compreensão corrente do sentido da democracia comumente ignora a necessidade de refletir a respeito de seu conceito e de suas subsequentes variações históricas, reduzindo-a a estandardizados aspectos procedimentais, também a noção de participação que a ela é associada parece dispensar a reflexão sobre as condições necessárias para que ocorra de modo efetivo. O nível da participação assegurado pelo aparato burocrático engendrado pela democracia formal é inteiramente mediado pela falsidade da propaganda. Como bem observaram Horkheimer e Adorno a respeito do poder de cooptação da propaganda, "A própria verdade torna-se para ela um simples meio de conquistar adeptos para sua causa, ela já a falsifica quando a coloca em sua boca" (1947/2006, p. 209). Como uma dessas verdades pervertidas em prol da manipulação totalitária, a participação fomentada pela propaganda e, no limite, assegurada pelo aparato técnico administrativo, sacrifica a autonomia em troca do pertencimento.

A principal forma de participação reservada aos cidadãos nas modernas democracias é a escolha de seus representantes por meio do voto direto de todos ou de parte de seus governantes. Embora também seja possível submeter à população decisões importantes por meio de plebiscitos, referendos e consultas

públicas, esses dispositivos são pouco acionados. Isso reforça, nessas expressões da democracia moderna, a diferença estrutural básica em relação à democracia participativa grega, experimentada na antiguidade clássica, cujas contradições também restringiam a realização plena de seu sentido. Como dispositivo restrito à delegação do poder a representantes escolhidos por meio de escrutínios regulares, a moderna democracia representativa reserva poucas oportunidades à participação efetiva dos cidadãos nos processos decisórios que determinam suas condições de existência. O interesse dos políticos profissionais pelo poder contido nos cargos políticos, muitas vezes tomados como objeto da intenção subjacente de obter vantagens pessoais ou corporativistas, nem sempre condiz com a expectativa dos cidadãos que, *a priori*, delegam esse poder a pessoas que supostamente priorizariam o interesse público ao privado. Na medida em que a participação dos cidadãos é reduzida à escolha de seus representantes, e não se asseguram meios para que ocorra numa proporção que permita o acompanhamento suficiente da gestão da coisa pública a eles delegada, o apoio dos cidadãos passa a valer mais em momentos eleitorais do que em quaisquer outros nos quais também poderiam participar. Logo, independentemente da consciência dos cidadãos a respeito dos princípios políticos subjacentes à sua escolha e dos desdobramentos práticos da atuação de seus representantes, o apoio popular passa a interessar sobremaneira a quem pleiteia cargos políticos, quer por motivos virtuosos, intrinsecamente ligados à defesa dos direitos e do bem comum, quer por motivos escusos, associados a interesses alheios ao que está previsto para esses cargos no estado de direito. Em relação aos interesses corporativistas, egoístas e até mesmo ilícitos, que podem ser observados em parte substancial dos programas dos candidatos que pleiteiam cargos políticos, o apoio das massas é essencial; nesses casos, sobretudo, o apoio alienado, negligente quanto às intenções subjacentes daqueles em quem depositam seu poder de decisão. O moderno *marketing* político aprimorou-se significativamente, convertendo-se em um sofisticado conjunto de técnicas e estratégias eficazes ao propósito de influenciar a opinião pública com o intuito de obter apoio popular a projetos e propostas contrários a seus interesses racionais.

Se a disputa pelo apoio das massas se tornou corriqueira na moderna democracia formal, sua relevância já foi demonstrada pela eficácia da propaganda fascista, amplamente analisada por Adorno (1951/2006; 1943/2009). Embora desenvolvidas em épocas e contextos sociopolíticos distintos, a propaganda fascista analisada por Adorno em relação ao nazismo alemão e ao fascismo que rondava a democracia americana nas primeiras décadas do século XX é semelhante em muitos pontos às modernas estratégias de *marketing* utilizadas por políticos

de diferentes ideários na sociedade administrada. Essa generalização da propaganda fascista, contudo, não significa que, no Brasil, as estratégias utilizadas nas campanhas eleitorais pelos distintos partidos políticos sejam equivalentes. Determinadas estratégias comumente requisitadas são tão intrinsecamente vinculadas a interesses totalitários que sua afinidade com o nazifascismo não pode ser negligenciada nem mesmo por meio de escandalosas distorções do sentido e do conceito de democracia. A propaganda fascista parece ter se imbricado no *marketing* político em uma proporção sem precedentes, a ponto de a dimensão política contemporânea se tornar um simulacro, mero receptáculo de seus efeitos, sobretudo em razão de sua forma autoritária almejada também por políticos de orientação liberal. A propaganda política que, motivada pelo interesse na dominação, manipula a consciência e o inconsciente das pessoas de modo a convertê-las em massa, sacrificando a sua consciência em prol de projetos de poder político e econômico dissociados das necessidades efetivas da sociedade e dos indivíduos, consiste numa forma de violência, pois degrada a consciência e subjuga a vontade aos interesses do poder estabelecido.

Uma das principais características da propaganda fascista norte-americana analisada por Adorno (1943/2009), comum aos estratagemas amplamente utilizados para manipular seus receptores em prol de seu projeto de dominação política, é o caráter a-teórico dos discursos proferidos. Eles se caracterizavam por evidente falta de coerência lógica e de desenvolvimento argumentativo, apelando, como é típico da ideologia totalitária, para as necessidades psíquicas das pessoas às quais se dirigiam, inclusive, às suas necessidades inconscientes (HORKHEIMER; ADORNO, 1956/1978). Tamanho poder de mobilização da irracionalidade não seria possível se a propaganda não fosse uma forma eficaz de controle racional da irracionalidade constituinte dos conteúdos que apresenta como estímulos, nem tampouco sem a demanda irracional dos receptores que a eles se rendem sem reflexão. Contudo, no caso da manipulação executada por lideranças fascistas da Costa Oeste americana na década de 1930, Adorno (1943/2009, p. 39) argumentou que “Sería un error, sin embargo, atribuir esta falta de lógica discursiva a una falta de capacidade intelectual”.

Também as lideranças políticas brasileiras parecem abusar de estratagemas semelhantes aos que foram observados por Adorno nos discursos de Martin Luther Thomas² e de outros oradores fascistas da época. Entretanto, o apelo de

² Na obra *La técnica psicológica de las alocuciones radiofónicas de Martin Luther Thomas*, publicada pela primeira vez em 1941, Adorno (1941/2006) desenvolveu uma minuciosa análise crítica do conteúdo dos discursos proferidos por esse pastor protestante, pertencente à renovação evangélica, referentes ao período de maio de 1934 a julho de 1935, que obteve significativa audiência na

sua propaganda a necessidades psíquicas dos eleitores parece contar com o mais amplo e sofisticado apoio técnico de agências especializadas em explorar dados privados do eleitorado contidos em plataformas da *Web*, possibilitando o direcionamento em massa tanto de *Fake News* quanto de conteúdos planejados de modo específico para atingir os anseios, as vulnerabilidades e os temores dos eleitores. Não obstante as novidades tecnológicas adotadas pelo atual *marketing* político praticado pela extrema direita, a propaganda fascista brasileira também repete os velhos truques adotados pelo nazismo alemão e pelo fascismo americano, como a personalização, a estratégia do pequeno grande homem, o truque da unidade, a divisão entre o *in-group* e o *out-group*, dentre outros (ADORNO, 1951/2006).

Sem nenhuma pretensão sistemática com relação ao conteúdo empírico da propaganda de caráter fascista elaborada por lideranças da direita brasileira, não se poderia deixar de mencionar que o mecanismo da personalização foi amplamente explorado na campanha eleitoral de 2018, em especial, na exaltação da imagem de um dos candidatos como a de um ser heroico, cuja grandiosidade de sua missão de combate à corrupção, supostamente introduzida na política por meio da famigerada manipulação comunista praticada pelos governos anteriores, o tornaria um *mito*. A despeito de sua inconsistente habilidade discursiva, mas protegido sob a rubrica de *mito*, o então candidato Jair Bolsonaro repetiu inúmeros elogios grotescos ao autoritarismo praticado no Brasil no período de exceção e um sem número de formulações preconceituosas contra minorias políticas e sociais. Munido ainda do estratagema do *great little man*, que lhe assegurou suportar os níveis de identificação horizontal e vertical com seus apoiadores, foi alçado à condição de líder, passando a gozar do poder que a ele é atribuído pela psicologia das massas: “apenas a imagem psicológica do líder é apta a reanimar a idéia do todo-poderoso e ameaçador pai primitivo” (ADORNO, 1951/2006, p. 172).

Ainda em relação à construção da imagem de líder, a notória atitude de Bolsonaro de valer-se da prerrogativa de militar aposentado e da conveniente idealização que lhe conferiu a alcunha de mito entre seus apoiadores mais vorazes comprehende também a aparente espontaneidade do grossoiro homem do povo que fala palavrões e se descontrola frequentemente ao se deparar com situações inaceitáveis. Ao apresentar-se como modelo para as identificações de uma camada da população indignada com os supostos excessos da licenciosa modernidade e com a ameaça esquerdista, ele bem soube explorar sua imagem de homem comum, de representante da massa alijada das interpretações inte-

lectuais da vida social e indignada com a imoralidade da política. Com isso, ele pôde se beneficiar de um dos mais eficazes estratagemas da propaganda fascista, que é a do pequeno grande homem:

[...] alguém que sugere tanto onipotência quanto a ideia de que é apenas um de nós, um americano simples, saudável, não conspurcado por riqueza material ou espiritual a ambivalência psicológica ajuda um milagre social a se realizar. A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor de se submeter à autoridade e de ser ele própria a autoridade (ADORNO, 1951/2006, p. 177).

O principal *slogan* da campanha eleitoral de Bolsonaro – Brasil acima de tudo, Deus acima de todos –, mantido mesmo depois de finalizado processo eleitoral, apoia-se na estratégia da unidade, referendada pela menção à pátria e a Deus, para, com isso, imbuído do poder tomado de assalto, acionar o nacionalismo que, mesmo sendo fajuto, absorve a demanda popular por pertencimento em uma sociedade excludente; instiga, mobiliza e aparelha o narcisismo dos indivíduos, que aderidos à massa reproduzem coletivamente seu correlato social. Esse processo alimenta-se do narcisismo das pequenas diferenças, por meio do qual as relações sociais e as instituições são reordenadas de maneira maniqueísta, com toda carga de preconceitos e destrutividade que essa propriedade psicodinâmica da psicologia das massas possui, em apoiadores de uma nova e depurada política, moralmente isenta da corrupção que é perseguida no *out-group*, e os representantes da política corrompida pela “ideologia” esquerdista, que se tornou suporte para projeções de toda ordem.

A visível falta de conteúdo e incoerência do ideário bolsonarista, assim como ocorria nos discursos de Martin Luther Thomas, ficou resguardada de críticas por adotar o estratagema do “voo de ideias”, por meio do qual a imprecisão em relação ao conteúdo é intencionalmente mantida com o intuído de salvaguardar as suas intenções destrutivas (ADORNO, 1943/2009). Por meio dessa imprecisão em relação ao conteúdo disseminado e até mesmo, no caso do bolsonarismo, do próprio projeto político sobre o qual o candidato se esquivou de falar em entrevistas ou tradicionais debates públicos, a campanha eleitoral de Bolsonaro reproduziu a principal característica da propaganda fascista, tanto daquela elaborada pelos nazifascistas europeus responsáveis pelo holocausto, quanto do fascismo americano dos anos 1930, quanto do radicalismo de direita na Alemanha da década de 1960 (ADORNO, 1967/2019): a sobreposição da forma ao conteúdo. A continuidade da propaganda fascista como elemento central do debate político

contemporâneo atesta que, infelizmente, o controle da forma se tornou um meio eficaz de manipulação de massa.

OPINIÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Na democracia formal contemporânea, a participação em processos de decisão política é limitada à escolha de representantes a quem se delega o poder e a responsabilidade pelo governo da sociedade e, consequentemente, de tudo que se desenvolve em seu interior. Com isso, delega-se a administração dos muitos âmbitos micrológicos da vida cotidiana, provocando o aumento incomensurável do nível de alienação das pessoas que não mais os reconhecem como decorrentes de sua ação. Convertida em uma totalidade desprendida das necessidades daqueles que a produzem, a sociedade institucionaliza a cisão com os indivíduos e nega que sua necessidade de autoconservação seja uma de suas finalidades. Sem que possam participar efetivamente das decisões que determinam as condições materiais e culturais de existência, os cidadãos ficam à mercê dos governantes aos quais delegaram o poder; dependem de sua competência técnica e da honestidade, nem sempre verificável, principalmente nas atuações incoerentes com as afiliações partidárias e com o ideário que esses representantes professam.

Um dos poucos meios formais de interferência no âmbito político, assegurado pelo sistema judiciário, é a participação popular nos escrutínios destinados à escolha de representantes, contudo, é precisamente nessa limitada forma de participação que ocorre o mais intenso empenho dos interessados em ocupar cargos políticos, tanto nas esferas do poder executivo quanto do legislativo, e, consequentemente, há um maior desequilíbrio na relação entre interesse e consciência. Essas disputas expressam também e, principalmente, a vinculação com setores sociais antagônicos, cujos interesses se materializam em programas políticos conflitantes e incidem sobre os eleitores de diferentes modos, sobretudo, por meio da propaganda política, principalmente quando dirigida às emoções. Nesse contexto de redução da atividade política, a força esmagadora exercida pela totalidade social sobre os indivíduos debilitados se manifesta na manipulação inerente à propaganda política, que não apenas despreza a consciência, mas a degrada, dirigindo-se às necessidades psicológicas das pessoas, inclusive às inconscientes. Embora a propaganda, em si mesma, já seja caracterizada pela intenção de influenciar o receptor por meio da manipulação técnica dos aspectos afetivos que escapam à esfera da consciência (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/2006), a propaganda política tem se especializado em negar o próprio sentido da política como intervenção consciente na realidade social; com isso,

tem assumido um funesto protagonismo na definição do processo político. A flagrante intenção manipulativa que permeia a propaganda política se tornou o *modus operandi* dos processos de disputa eleitoral, de modo que as decisões deliberadas nos fóruns reservados à representação se apoiam pouco ou nada na vontade consciente do povo. Como Adorno (1969/2009, p. 699) acertadamente observou, não há democracia real se não por meio da participação de indivíduos capazes de exercer o pensamento crítico e manifestar alguma autonomia, ainda que relativa, em relação à sociedade e aos procedimentos decisórios que nela vigem.

A ausência dessa competência revela a falência da formação cultural que, degradada em pseudoformação, volta-se mais para o ajustamento social do que para a formação da consciência crítica. Entretanto, a formação política não somente tem sido evitada, mas substituída por um sucedâneo que perverte seu sentido. Comumente, a informação é aceita como substituto do pensamento conceitual, obliterando também a possibilidade de ter experiência com os dados da realidade (BENJAMIN, 1939/1989). Assim, receber e transmitir informações, ainda que inconsistentes, tornou-se o único diálogo possível para aqueles que não adquiriram formação política que lhes permitisse analisar consistentemente as situações contraditórias que a realidade social fraturada lhes apresenta. Ao se instruir por meio da mera informação, essas pessoas asseguram a possibilidade de ter opiniões a respeito de temas que não podem compreender suficientemente e isso, por conseguinte, assegura-lhes também a possibilidade de participar do debate político, apropriando-se, ainda que ilusoriamente, desse universo das relações de poder que frequentemente lhes parece inacessível. A confiança irrestrita na mera opinião, contudo, turva a percepção do jogo político, impossibilitando perceber o engodo que se oferece aos eleitores. Para Adorno (1961/2009), embora a opinião seja também um momento da elaboração intelectual, não se pode desconsiderar que as expressões regressivas do pensamento que se acomoda à consciência reificada podem derivar da opinião em si:

No sólo es problemática la suposición de que lo normal es verdadero y lo discrepante es falso, pues glorifica la mera opinión (la opinión dominante), que no es capaz de pensar lo verdadero de otra manera que como lo que todos piensan. Sino que además la opinión ‘pática’, las deformaciones del prejuicio, de la superstición, del rumor, de la locura colectiva, de las que la historia (y en especial la historia de los movimientos de masas) está repleta, no se puede separar del concepto de “opinión” (p. 506).

Munida dos modernos recursos da indústria cultural, mas também constituída por meio deles, a propaganda política se volta para a formação da opinião pública, manipulando-a conforme os interesses que a orientam. Nos momentos históricos em que há significativa expressão das tendências totalitárias, esse processo se beneficia dos truques desenvolvidos pela propaganda fascista e produz maior nível de conformidade com seus interesses espúrios. Dentre os efeitos produzidos por ela, destaca-se a substituição apressada da desordenada compreensão da realidade contraditória e dos interesses políticos que lhe correspondem por clichês explicativos que permitem abarcar o contraditório, reduzindo-o a categorias simplistas; bem como, acolher a angústia decorrente do desamparo produzido pelo mundo em dissolução, compensada pela afirmação cega do poder do eu, que assim passa a ter uma opinião e, por meio dela, a possibilidade de intervir na insólita realidade ameaçadora (ADORNO, 1961/2009). O estímulo ao desenvolvimento da opinião do eleitor, mesmo que inconsistente ou independente de suas inquietações e empenho intelectual, confere à propaganda política uma orientação e alcance totalitários, bem como o poder de manipular a percepção e a sensação dos eleitores. Com isso, a capacidade de pensar a respeito de questões políticas que lhes dizem respeito e lhes são oferecidas pela realidade circundante, assim como a condição de formular juízos racionais, é degradada. Em seu lugar, a propaganda oferece rígidos esquemas de interpretação que dispensam o trabalho do pensamento. Independentes do esforço intelectual de articulação dos dados da realidade imediata com conceitos e com a experiência previamente constituídos, esses esquemas de compreensão do mundo atendem à necessidade das pessoas de minimamente se situarem em relação a ela e no processo histórico, ainda que por meio de compreensões falsas e inconsistentes. Servem aos seus propósitos, a criação e a adoção de estereótipos que vinculam os estímulos aos quais estão expostas, assim como as relações com as demais pessoas e com situações específicas por eles mediadas, a formulações, juízos e valores rigidamente repetidos, afastando-se, com isso, qualquer possibilidade de experiência ou de reflexão.

Se a vivência, que foi compreendida por Benjamin (1939/1989) como um modo degradado de experimentar os choques provenientes da realidade, não permite que esses estímulos penetrem as defesas que os aparam e se tornem objetos de experiência, a defesa mecanizada em relação a eles por meio de seu enquadramento em estereótipos e esquemas rígidos de compreensão também impede que possam ser objetos de reflexão. Como sucedâneo da experiência, a vivência não possibilita nem a experimentação profunda e consequente nem a reflexão e compreensão dos fatores políticos que afetam as pessoas que esperam dessa di-

mensão e daqueles que a povoam a responsabilidade necessária pela coisa pública. A opinião é uma reificação do pensamento, pois o interrompe precisamente quando deveria permitir que ultrapassasse a repetição. Como primeiro momento do pensamento, mas também como seu potencial empecilho, a opinião congrega elementos cognitivos e experienciais; ela concede o conteúdo intelectivo para os debilitados na capacidade de conceituação e a possibilidade de intervir no mundo para os privados de condições efetivas de participação: “No hay libertad sin la opinión que diverge de la realidad; pero esta divergencia pone en peligro a la libertad” (ADORNO, 1961/2009, p. 519). A manipulação da opinião pública com fins de obtenção de apoio político e de produção de resultados eleitorais pouco ou nada favoráveis às necessidades prementes e aos objetivos racionais dos eleitores nos processos de escolha de representantes para os poderes executivo e legislativo na democracia formal tornou-se praxe; converteu o debate político em expressão da degradação máxima do sentido da participação política. Apesar de seu caráter de mentira manifesta, esse jogo político tem se organizado em torno de objetivos manipulativos e, para isso, consome bilhões de reais em propaganda eleitoral. Embora o investimento público nas recorrentes campanhas eleitorais seja motivo de indignação popular, há inúmeros entraves ao esclarecimento dos processos escusos que subjazem à produção em série das campanhas publicitárias. A produção de uma aparência conveniente aos interesses que permanecem nos bastidores do poder é um processo complexo que frequentemente recai nos crimes de corrupção e no financiamento ilícito de campanhas.

Como não é propósito deste texto analisar nem o volume nem a forma corrente dessas práticas ilícitas, mas apenas indicar que, consonantes com a naturalização fetichista de seus efeitos, se articulam perfeitamente com as deficiências corriqueiras da democracia formal, revelando a continuidade de tendências totalitárias persistentes em seu interior, é possível especular sobre a possível relação entre a centralidade da propaganda política, inclusive por meio da repetição da forma aprimorada pela propaganda fascista, e a abusiva produção de *Fake News* em recentes processos eleitorais no Brasil e nos Estados Unidos.

Embora seja um fenômeno considerado novo, devido ao grande protagonismo que adquiriu em tempos de campanha eleitoral estendida ao uso sistemático de redes sociais eletrônicas como o *Facebook*, o *Twitter* e o *WhatsApp* para divulgação de ideias e programas políticos, a produção e a propagação de notícias falsas foram práticas comuns da propaganda nazifascista (ADORNO, 1943/2009). Certamente, a busca genealógica de sua origem poderia revelar utilizações antiquíssimas de estratégias semelhantes de manipulação da opinião

pública, a história é repleta de eventos que o atestam, no entanto, sua institucionalização como parte do processo político e, inclusive, como prática de governo, parece decorrer da junção dessas duas dimensões constitutivas da democracia burguesa: a redução do sentido e da forma da participação política e a legitimação de um aparato técnico administrativo que prescinde da vontade e das necessidades dos indivíduos.

Verdadeiras ou falsas, as informações divulgadas cotidianamente por meio da imprensa e, sobretudo das redes sociais eletrônicas, alimentam opiniões sobre os eventos políticos e econômicos que comumente aparecem como situações fatais para as pessoas submersas no cotidiano cujos processos de trabalho infinidáveis e de entretenimento alienantes absorvem toda a energia física e psíquica necessários para interpretá-las. Quer nos agrade ou não, é fato que as opiniões assim constituídas preenchem uma lacuna no entendimento precário, em decorrência da formação deficitária, e simulam uma forma de intervenção na realidade impenetrável. A recepção e a divulgação de “memes”, charges e notícias com teor político pode representar um modo de participar no debate político por meio de opiniões que, embora não se prestem à elaboração consequente, nem se reconheçam como momento provisório do entendimento a ser superado por meio de exaustivo trabalho de reflexão, assumem a função prática de sucedâneo do debate político, mitigando, ainda, o sentimento de impotência. O caráter estereotipado e a forma alegórica desses materiais publicitários dispensam a articulação de ideias complexas e a reflexão detida sobre o conteúdo que emitem, permitindo, a um só tempo, ter alguma compreensão a respeito das forças que objetivamente determinam as condições existenciais e interferir na realidade opressiva, mesmo que seja apenas por meio do simples compartilhamento desses materiais.

Mutilados pela pseudoformação, que não lhes permite nem formular conceitos nem ter experiências efetivas (ADORNO, 1959/1986), parte das pessoas capturadas pela malha da propaganda totalitária não tem condições intelectuais para distinguir entre notícias verdadeiras e falsas; aferram-se a elas como apoio para se situarem no mundo. Nesse caso, as opiniões acionam suas necessidades psíquicas ligadas à autoconservação do eu; acionam, dentre outros dispositivos psíquicos, o narcisismo. Outra parte, que não é possível precisar sem estudos empíricos, pode ainda se valer da falsidade dos conteúdos desses materiais estereotipados para não apenas participar, mas cinicamente “vencer” o debate político. É claro que há uma parcela significativa de políticos manipuladores que se valem do cinismo deliberado, bem como também há um cinismo difuso presente na recepção daqueles que acolhem e repassam esses conteúdos, a despeito de sua

evidente falsidade, para, com isso, poderem se posicionar de modo gratificante no processo social e no debate político, contudo, a despeito do fim perseguido pelos que estão objetivamente privados da participação efetiva no processo político, a fixação na opinião e seu uso cínico resultam no sacrifício da consciência e em uma maior debilitação do eu.

A disseminação de *Fake News*, que no Brasil se tornou objeto de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI das *Fake News*, e de inquérito policial, que inclusive investiga agentes do poder público federal ligados ao atual governo, assim como a supervalorização da opinião são indicativos do recrudescimento dos mecanismos de controle que impedem o pensamento, neutralizam o espírito e adestram as pessoas para se submeterem à violência fascista que, dentre muitos outros danos, favorece a exclusão econômica, a repressão política e a naturalização da indiferença diante do sofrimento crescente.

PENSAMENTO CRÍTICO E RESISTÊNCIA

Nas atuais circunstâncias sociais e políticas deste final da segunda década do século XXI, em razão do estabelecimento de condições favoráveis à livre expressão de ideais e de ações antidemocráticas, não resta às pessoas dotadas de algum senso crítico, mesmo que apenas por se sentirem imbuídas da responsabilidade que emana de seus papéis como cidadãs, senão manifestar o seu desconforto diante do recrudescimento de tendências fascistas na sociedade brasileira contemporânea: como as tomadas de decisões políticas e econômicas de modo autocrático, por meio do acionamento de dispositivos que, embora legais, dispensam o debate público e, sobretudo, a participação popular; como a implantação de um programa de governo contrário à manutenção de direitos sociais e humanos historicamente conquistados por meio de lutas sociais, em especial no campo da regulação dos direitos trabalhistas e da assistência social; como o manifesto empenho do poder executivo e de sua base de apoio parlamentar para criminalizar movimentos sociais de contestação às tendências antidemocráticas e fascistas; como a adoção de uma política de saúde pública que deliberadamente ignora recomendações essenciais da Organização Mundial da Saúde, no caso da pandemia mundial de COVID-19 e, com isso, fomenta abertamente o descumprimento de medidas básicas de isolamento social e de utilização de equipamentos de segurança – o que afeta principalmente regiões mais pobres e com maior concentração de moradores em situações precárias de saúde e de higiene –, denotan-

do uma orientação genocida³; como também, a sorrateira implantação, por meio de ações diretas do poder executivo, de uma política educacional inspirada no Programa Escola sem Partido⁴, cuja expressão concreta compreende a implantação do modelo de educação autoritária idealizado por grupos conservadores vinculados ao governo federal: projeto piloto de implantação das Escolas-Cívico-Militares⁵.

Diante do espírito regressivo da época, a arriscada pergunta *O que fazer?* – que também aguça a persecutoriedade da mentalidade fascista em relação ao fantasma do comunismo – vigorosamente se impõe como interpelação inquietante tanto aos que temem, quanto aos que discordam e, principalmente, quanto aos que lutam contra o fascismo. Embora possa ser formulada de maneira fetichista, impedindo a continuidade do pensamento, muitas vezes, paralisando-o, ela também pode ser tomada como um momento de reflexão a respeito do que pode e deve ser negado pelo corpo e pelo espírito. Essa pergunta tanto pode remeter à reflexão sobre a indagação prática a respeito do emprego da força diante da violência social instituída, cujo sentido ético foi indagado por Marcuse (1964/1998) em seu ensaio *Ética e revolução*, quanto pode remeter à reflexão não menos importante sobre o que pode o pensamento diante das imposições da realidade que o impede. Para além do exercício da cidadania, cujas possibilidades e limitações estão determinadas pelo poder instituído no sistema jurídico vigente, o indivíduo minimamente esclarecido se vê diante da necessidade de resistir às forças sociais contrárias ao exercício da autonomia. As possibilidades de influir na realidade estabelecida, contudo, são muito mais restritas do que comumente se deseja, inclusive, porque o cálculo necessário para se avaliar os danos que podem ser ocasionados por uma práxis cega requer o desenvolvimento da consciência em nível muito elevado:

A ética da revolução é portanto testemunho do choque e do conflito entre dois direitos históricos: de um lado, o direito do que é, da coletividade estabelecida, da qual dependem a vida e talvez, também, a felicidade dos indivíduos; e de outro lado o direito daquilo que pode e talvez devesse ser, porque a dor, a miséria e a injustiça podem assim di-

³ No momento de finalização deste ensaio, o Brasil figurava como o segundo país do mundo em maior número de pessoas contaminadas e de vítimas fatais decorrentes da contaminação por COVID-19: com nítida subnotificação, na segunda quinzena de junho de 2020, o Brasil já continha mais de um milhão e duzentas mil pessoas contaminadas, e mais de 55 mil mortes; nas vésperas de sua publicação, no final de fevereiro de 2021, atingiu a drástica cifra de 250 mil óbitos e mais de dez milhões de casos de pessoas contaminadas.

⁴ <https://www.escolasempartido.org/>.

⁵ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51651-escolas-civico-militares>.

minuir, supondo-se sempre que essa chance possa ser justificada como uma possibilidade real (MARCUSE, 1964/1998, p. 143).

Por não pretender ser um manifesto político, que visa a estimular a ação transformadora, este ensaio teórico se limita a indagar a respeito da possibilidade de influirmos na realidade opressiva por meio do pensamento crítico e de seu principal método: a reflexão teórica. A respeito dessa possibilidade, que em si mesma é também uma crítica à prática dissociada da teoria, em consonância com a crítica de Adorno a certas variações do ativismo político manifestado por movimentos de esquerda em idos da década de 1960 (ADORNO, 1969/1995), pretende-se sublinhar o poder de negação do pensamento crítico e ponderar a respeito da (in)suficiência de seu impacto no atual contexto regressivo; é esse poder de negação, comumente obliterado, que lhe permite realizar-se como práxis.

Cabe reconhecer que práxis é um tipo complexo de intervenção na realidade. Conforme a tradição do pensamento marxista, ela se caracteriza pela articulação interna que as forças em ação fazem ou devem fazer com o pensamento teórico que as qualifica e orienta em direção à liberdade. Mais do que qualquer outro pensador crítico, Adorno (1969/2003; 1969/1999) foi veementemente questionado por sustentar uma relação indireta com a prática política. Todavia, sua ousada afirmação de que teoria é práxis parece ainda não ter sido totalmente compreendida. Mais do que contraposição à prática cega, que, a despeito de sua intenção libertadora, pode reproduzir internamente elementos totalitários, convertendo-se em pseudoatividade, sua crítica ao ativismo recobrou o alcance da penetração objetiva do pensamento teórico na esfera da consciência social: “Todas as vezes que intervim de maneira direta, em sentido estrito, com visível influência prática, isso ocorreu unicamente através da teoria” (ADORNO, 1969/1995, p. 229).

Embora não seja possível precisar, o alcance do pensamento teórico em termos da penetração do entendimento e dos valores estabelecidos, sobretudo dos mais cristalizados no cotidiano, parece depender de sua objetividade e a reflexão acerca dos fins que o orientam. A objetividade, que somente pode ser obtida por meio da primazia conferida ao objeto, de modo a abarcar “o que entra na experiência específica de uma coisa, dispensa os juízos convencionados sobre isso, colocando a relação com o objeto no lugar da resolução majoritária daqueles que sequer o contemplam, quanto menos o pensam [...]” (ADORNO, 1951/1993, p. 60), é expressão da experiência intelectual e salvaguarda do pensamento diante de sua extrema formalização. A reflexão sobre os fins que orientam o pensamento e propiciam a ação é essencial tanto para que não se sobreponham os meios

aos fins, como ocorre em relação à técnica comumente percebida como algo que tem fim em si mesmo, quanto para que fins irracionais não sejam hipostasiados como intrínsecos à racionalidade. A interpretação de Adorno de que “teoria é uma forma de práxis” (1969/1995, p. 204), fundamenta-se no reconhecimento de que pensar é um modo de agir, mas também de que é sempre por meio do pensamento que os sujeitos se relacionam com as questões que se impõem à sua consciência. Formar consciência a respeito das contradições que circundam a existência concreta requer o exercício incessante do pensamento sobre a realidade e sobre a carga de estímulos que lhe conferem sentido e a organizam de modo a que a aparência a recubra com ilusões ou mesmo de modo a que ela mesma seja fixada como forma invariável, tornando-se uma ilusão sobre si mesma. A crítica à ideologia é condição *sine qua non* para que o pensamento produza teoria objetiva e, consequentemente, se realize como práxis, constituindo consciência crítica.

A experiência intelectual propiciada pela realização do pensamento é também essencial para a desmistificação da forma ideológica mais grosseira que o mundo totalitário comporta em seu núcleo; a despeito da ênfase na racionalidade tecnológica, é a propaganda fascista, cuja irracionalidade sedutora é cincicamente planejada por meio de uma racionalidade que sucumbiu aos fins da dominação, que ecoa nas formas modernas de manipulação da vontade política. É a continuidade da forma da propaganda fascista nas modernas técnicas de *marketing* político que assegura a eficácia do controle exercido por essas técnicas sobre a frágil participação política dos cidadãos do mundo administrado nos processos que determinam sua condição social. É também e tão somente o pensamento crítico, imbuído da consciência decorrente da crítica de si mesmo, que permitirá a dissolução das mentiras manifestas disseminadas pela propaganda fascista e a dissolução de sua principal base de sustentação no intelecto e no psiquismo dos indivíduos: a opinião aceita como uma verdade.

Enquanto as pessoas que estão objetivamente privadas do direito à autodeterminação e da participação efetiva nos processos decisórios, que definem sua condição social, extraírem conforto das ilusões que constroem sobre a realidade, ou seja, sucumbirem às opiniões que constituem ou aceitam sobre a realidade que não cessa de agredi-las e de subjugá-las, habitando-as como se constituíssem um refúgio inviolável, o pensamento permanecerá obstado. A indevida reversão da opinião em verdade rende-se à ilusão de que a ameaça está sob controle, de que a falsa consciência é uma produção do sujeito que por ela é subjugado e condiz com a própria realidade. Somente o esforço autorreflexivo do pensamento

que reconhece sua limitação e a falsidade do momento em que se apresenta como mera opinião pode propiciar-lhe condições de superar a falsa consciência:

Esa consciencia, en cierto sentido paradisíaca, será inadecuada a priori a la realidad que tiene que conocer y que es lo endurecido mismo. No servirá de nada dar instrucciones sobre cómo llegar a la consciencia correcta. El único procedimiento es el esfuerzo de reflexionar infatigablemente sobre las aporías de la consciencia correcta y sobre uno mismo (ADORNO, 1961/2009, p. 521).

Ao tomar-se a si mesmo como objeto de reflexão, o pensamento eleva-se à teoria, organizada como um processo lógico autônomo, e dirige-se ao objeto, concedendo-lhe a primazia necessária para que sua subsequente interpretação ultrapasse a verdade provisória cristalizada pela opinião. Assim imbuída da autorreflexão, a teoria realiza-se como práxis, permitindo aos indivíduos fustigados pelas pressões do existente desvendar a falsidade da propaganda fascista e se libertarem da opinião que lhe dá guarida na subjetividade danificada: “La verdad no tiene otro lugar que la voluntad de oponerse a la mentira de la opinión” (ADORNO, 1961/2009, p. 522). A busca pela verdade, mediante o reconhecimento de que a opinião é o pensamento reificado, é uma forma de resistência à dominação que se exerce por meio da inculcação da mentalidade fascista.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. (1969). A filosofia muda o mundo ao manter-se como teoria. *Lua Nova*, São Paulo, vol. 60, n. 1, p. 131-139, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000300008>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2019.
- ADORNO, T. W. (1967). **Aspectos do novo radicalismo de direita**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2019.
- ADORNO, T. W. (1951). A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, nº 7, 2006, p. 164-189.
- ADORNO, T. W. (1968). Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In: COHN, G. (org.). **Theodor W. Adorno: Sociologia**. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1986, p. 62-75.
- ADORNO, T. W. (1969). Crítica. In: ADORNO, T. W. **Crítica de la cultura y sociedad II**. Tradução de Jorge Navarro Pérez. Madrid, Espanha: Akal, 2009, p. 699-706.

- ADORNO, T. W. (1943). La técnica psicológica de las alocuciones radiofónicas de Martin Luther Thomas. In: ADORNO, T. W. **Escritos sociológico II** - vol. 1. Madrid, España: Akal, 2009, p. 07-145.
- ADORNO, T. W. (1949). Liderazgo democrático y manipulación de masas. In: ADORNO, T. W. **MisCELÁnea I**. Tradução de Joaquín Chamorro Mielke. Madrid, España: Akal, 2010, p. 341-367.
- ADORNO, T. W. (1951). **Mínima Moralia**: reflexões a partir da vida danificada. Tradução de Luis Eduardo Bica. São Paulo, SP: Ática, 1993.
- ADORNO, T. W. (1969). Notas Marginais sobre teoria e práxis. ADORNO, T. W. In: ADORNO, T. W. **Palavras e sinais**: modelos críticos 2. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 2002-229.
- ADORNO, T. W. (1961). Opinión, locura y sociedad. In: ADORNO, T. W. **Crítica de la cultura y sociedad II**. Tradução de Jorge Navarro Pérez. Madrid, España: Akal, 2009, p. 505-523.
- ADORNO, T. W. (1955). Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: ADORNO, T. W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: UNESP, 2015, p. 71-135.
- ADORNO, T. W. (1959). Teoría de la seudocultura. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Sociológica**. Tradução de Victor Sánchez de Zavala. Madrid, España: Taurus, 1986, p. 175-199.
- ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J.; SANFORD, R. N. (1950). **The authoritarian personality**. London, UK; New York, US: Verso Books, 2019.
- BENJAMIN, W. (1939). Sobre alguns temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hermerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 103-149.
- CROCHIK, J. L.; SILVA, P. F.; LOURENÇO, A. S.; FRELWER, C. C.; FRANÇA, F. Componentes psíquicos das ideologias no mundo administrado. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, jun. 2019, p. 79-95. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120107>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jan. 2020.
- FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: Freud, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 13-113.

- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1947). **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos.** Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1956). Ideologia. In: HORKHEIMER, M.; DORNO, T. W. **Temas básicos da sociologia.** Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 184-205.
- KANT, I. (1784). Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo? In: KANT, I. **A paz perpétua e outros opúsculos.** Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009, p. 9-18.
- MARCUSE, H. (1964). Ética e Revolução. In: MARCUSE, H. **Cultura e Sociedade - Vol. 2.** Tradução de Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 137-153.
- MARX, K. (1852). **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

